

12 OUT 1985

# Entre sonho e realidade

AM  
CONRA

CORREIO BRAZILIENSE

As principais lideranças do PMDB já tiveram oportunidade de verificar que existe respeitável distância entre o discurso oposicionista, que mantiveram nos últimos anos, no combate ao regime militar, e aquilo que é possível politicamente pôr em prática, uma vez conquistado o poder.

O partido vive, assim, pelos seus líderes, a grande dificuldade de conciliar compromissos assumidos em praça pública com a realidade concreta do dia a dia. Isso se verifica nos temas políticos, como a convocação da Constituinte ou a ampliação da anistia aos punidos após 1964, como nos grandes problemas sociais do momento.

No caso da convocação da Constituinte, os compromissos assumidos em praça pública estariam mais para a defesa da tese da Constituinte autônoma do que para a defesa da emenda constitucional que o presidente José Sarney propôs, transformando o Congresso a ser eleito a 15 de novembro de 86 na futura Constituinte.

Como estaria mais próximo do programa partidário a emenda constitucional, apresentada pelo deputado Jorge Uequet, que assegura aos militares punidos pelo sistema militar, reparação moral e financeira integral, com direto ao posto que estariam se tivessem continuado no serviço ativo e o recebimento de todos os atrasados.

A Constituinte autônoma ou exclusiva, eleita separadamente do novo Congresso, permitiria maior questionamento das estruturas institucionais existentes, inclusive do Capítulo da Ordem Econômica e Social da atual Constituição.

Porém, é pequeno o número de parlamentares do PMDB que defende essa proposta. A maioria esmagadora concilia os seus interesses com a conquista do poder e está menos propensa a discutir questões doutrinárias de Direito Constitucional, do que assegurar maiores facilidades na obtenção do mandato congressual, ainda que com o nome de Constituinte.

O mesmo dilema vive o PMDB em relação ao problema da anistia. O partido lutou, durante toda a sua existência, pela anistia ampla, geral e irrestrita de todos os cidadãos civis e militares condenados à morte política por atos de força, sem que fosse resguardado o direito elementar de defesa.

Existe na comissão, que examina a Emenda Sarney subemenda do deputado Jorge Uequet, que assegura reparação moral e financeira integral. Mas dirigentes e líderes mais importantes do PMDB já verificaram que a emenda Uequet é politicamente inviável, na medida em que gera graves problemas na área militar e importaria aumentar demasiadamente o déficit do Tesouro.

Na última reunião da Executiva Nacional do PMDB, anteontem, o deputado Ulysses Guimarães tomou a iniciativa de advertir a seus companheiros de colegiado para a necessidade de ter muita precaução e cuidados quando tratarem de formular qualquer solução para o problema da anistia.

Aumentam as contradições do partido quando se examinam as questões econômicas e sociais. A política econômico-financeira do Governo Sarney está mais próxima das idéias da antiga equipe comandada pelo Sr. Delfim Netto do que das idéias defendidas pelas principais lideranças peemedebistas, sempre inspiradas no grupo de seus economistas.

TARCISIO HOLANDA

ANC 88  
Pasta 10/85-1  
111/1985